

Relatório

Oficina de Planejamento Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

08 e 09 de fevereiro de 2017

Tatiana Espíndola
Adriano Caetano

Sumário

Apresentação.....	4
Organização da Oficina	5
Objetivo geral:	5
Objetivos específicos:	5
Programa	5
Expectativas dos participantes em relação à Oficina	6
Dinâmica da Oficina.....	6
Monitoramento do Plano Operacional 2015/2016	8
Resultados e Estratégias do Conanda para 2017 e 2018	9
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO PARLAMENTAR	9
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS	10
COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO	10
COMISSÃO DE POLITICAS PUBLICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	11
Plano Operacional 2017-2018	14
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO PARLAMENTAR	14
Resultado: CDH-AP 1: Monitoramento para a implementação dos protocolos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário realizado	14
Resultado: CDH-AP 2: Panorama sistêmico de informações da infância e adolescência consolidado	15
Resultado: CDH-AP 3: Atuação sistemática do Conanda em incidência política implementada	15
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS	16
Resultado: COF 1: Gestão dos recursos destinados a crianças e adolescentes aprimorada por meio de monitoramento e avaliação do orçamento público e ampliação da capacidade de incidência política do CONANDA	16
COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO	16
Resultado: CMF 1: 100% do Plano de Comunicação do Conanda implementando.....	16
Resultado: CMF 2: O Conanda, 100% dos Conselhos Estaduais e 10% dos Conselhos Municipais dos Direito da Criança e Adolescente com comissões permanentes de crianças e adolescentes previstas nos regimentos internos dos conselhos	17
Resultado: CMF: 3. Produção e Distribuição de kit multimídia com linguagem adequada a crianças e adolescentes, respeitando as diversidades e acessibilidade, para divulgação dos direitos das crianças e adolescentes para todos os conselhos de direitos das crianças e adolescentes, tutelares, disponibilizando acesso para reprodução livre por todas as escolas municipais e estaduais do Brasil	18
Resultado: CMF 4: Conselhos estaduais e municipais fortalecidos com 60% dos conselheiros estaduais e 10% dos conselheiros municipais com certificado de extensão universitária em formação de conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes para o exercício do controle social :.....	19
Resultado: CMF 5: Definição de agenda nacional de mobilização e incidência do Conanda para	

defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes:	20
COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	21
Resultado: CPP 1: Políticas, planos e ações fomentados para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes	21
Resultado: CPP 2: Acesso e permanência ampliados a educação básica em situação de vulnerabilidade e risco social	22
Resultado: CPP 3: Estratégias de enfrentamento da letalidade de crianças e adolescentes, especialmente negras e LGBT, elaboradas	22
CONSIDERAÇÕES DA PLENÁRIA	24
Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar	24
Comissão de Orçamento e Finanças	24
Próximos passos	24
Avaliação	25
O que foi bom	25
O que poderia ter sido melhor	25
Recomendações gerais	26
Monitoramento e Avaliação – Proposição da equipe de moderadores	27
Monitoramento:	27
Avaliação de Meio Termo:	27
Avaliação Final:	27
Anexos	28
I. Registros fotográficos	28
II. Lista de Participantes	30

Apresentação

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania – SEDH promoveram, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, a **Oficina de Planejamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, que foi realizada nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2017 no espaço Nexus e salas auxiliares, da ENAP, em Brasília – DF.

A oficina propiciou um espaço para avaliação da atuação do CONANDA de 2015 a 2016 e a construção dos resultados e do plano de ação para 2017 e 2018, considerando o processo histórico de diálogo do CONANDA, seu planejamento para os anos de 2015-2016, o Plano de Decenal, as resoluções da X Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, e as competências do Conselho descritas em seu Regimento Interno. O planejamento foi estruturado de maneira a formular orientações tático/operacionais para orientar suas ações na garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Participaram deste momento, conselheiros - titulares e suplentes - representando instituições governamentais e de organizações da sociedade civil. O ambiente de reflexão, diálogo e construção coletiva foi estruturado de forma a possibilitar a participação dos diversos atores na elaboração dos resultados da Oficina, que serão apresentados na estrutura de Resultados, Estratégias e Ações, organizados pelas quatro Comissões Internas do Conselho. Ver participantes na lista de presença em anexo.

As informações gerais do evento e os resultados dos trabalhos estão documentados neste relatório.

Adriano Caetano
Tatiana Espíndola
Moderação e Relatoria

Organização da Oficina

Objetivo geral:

Planejar as ações do CONANDA para o biênio 2017-2018 referente à Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Objetivos específicos:

1. **Revisitar as diretrizes do Plano Decenal**, as resoluções da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o plano operacional de 2015.
2. Identificar **principais avanços e principais desafios** em relação à execução do plano operacional de 2015/2016.
3. Elaborar um **plano de ação 2017/2018** com entregas mensuráveis.
4. Identificar **temas que exigem um esforço cooperado** entre representantes das comissões do CONANDA para que o conselho elabore seu posicionamento sobre o respectivo tema.
5. Elaborar **recomendações para aperfeiçoamento da gestão e monitoramento** do planejamento operacional 2017/2018.

Programa

Dia 08 de fevereiro de 2017, das 16h às 19h30

Atividades
Abertura da Oficina
Organização da oficina: apresentação dos participantes, da programação e dos aspectos metodológicos
Desafios da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes Casimira Benge/Unicef Exposição e diálogo
Monitoramento do Plano Operacional 2015/2016 Trabalho em grupos e mercado
Avaliação do dia

Dia 09 de fevereiro de 2017, das 9h às 12h30 e das 14h às 18h

Atividades
Atividade de início do dia
Elaboração do Plano Operacional 2017/2018 Trabalho em grupos
Intervalo
Elaboração do Plano Operacional 2017/2018 Plenária
Almoço

Atividades

Elaboração do Plano Operacional 2017/2018

Plenária

Próximos passos e avaliação

Encerramento

Expectativas dos participantes em relação à Oficina

1. Preocupação com temas políticos alheios que travam a pauta da DCA.
2. Conanda como instrumento de avanços nas Políticas Públicas.
3. Ações/efeitos e impactos previstos.
4. Compromisso de fortalecimento da transversalidade/Desafios.
5. Contexto desfavorável à promoção dos Direitos implica em grandes desafios.
6. Conteúdos complexos, abundantes e tempo exíguo.
7. Plano decenal seja executado nos estados e municípios.
8. Processo metodológico das oficinas garantam o planejamento e a execução das ações.
9. Método de monitoramento sistemático.
10. Planejamento executável.
11. Atender as demandas nacionais e que afetam a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
12. Conanda como pólo de resistência a agenda conservadora de negativa de direitos.
13. Conanda cumpre seu papel de gestão da Política Nacional de Proteção às Crianças e Adolescentes.
14. Traçar prioridades para atuação do Conselho, evitando atuação reativa e pulverizada.
15. Aprendizado, organizado, empoderamento e representatividade.
16. Fortalecimento do Conanda como órgão elaborador e fiscalizador da Política dentro do SGD.
17. Em pouco tempo, definir prioridades, encontrando formas de execução e monitoramento.
18. Capaz de atender todas as nossas demandas.
19. Planejamento realista para dois anos.
20. Planejamento com metas palpáveis.
21. Conanda cumpri seu papel de gestão social.
22. Aprimorar política pública, atuação fortalecida e coerência.
23. Prioridades, planos decenais e articulação com o Conselho.
24. Pactuação dos pontos mínimos de trabalho.
25. Construir um planejamento com prioridades que sejam convergentes com a situação atual da infância e adolescentes no Brasil e capaz de resultar em ações que favoreçam a concretização de Direitos de Crianças e Adolescentes e sua proteção.

Dinâmica da Oficina

A estrutura metodológica da Oficina foi desenhada considerando momentos expositivos, trabalho em grupo e em plenária, de forma privilegiar a cooperação e participação de todos na construção dos resultados. Foram utilizadas técnicas de visualização móvel (Metaplan) e visualização em projetor, o evento contou também com a atuação de dois moderadores especializados em planejamento e na condução de diálogos. Durante os processos conversacionais buscou-se criar condições para compreender a elaboração do Plano de Ação como a conjunção de momentos: de

reflexão sobre quais as melhores trajetórias de ações para levar ao resultado pretendido; de monitoramento durante a ação, replanejando e ajustando quando for necessário por mudanças no contexto ou novos insights; e de avaliação após a realização visando aprender para futuros processos. Contou com a participação de dois moderadores especializados em planejamento e facilitação de processos participativos.

Monitoramento do Plano Operacional 2015/2016

O monitoramento do plano operacional de 2015/2016, foi realizado em quatro subgrupos, um por Comissão Permanente do Conanda. Os subgrupos, de posse do plano operacional 2015/2016, realizaram duas atividades:

Atividade 1

- Monitorar a execução das ações prevista para 2015/2016.
- Identificar os pontos críticos e definir medidas corretivas.
- Dialogar, construir entendimentos comuns e alinhamentos

Obs.: Os produtos dessa atividade encontram-se num arquivo em Excel entregue anexo a esse relatório

Atividade 2 (quando não houver detalhamento das ações)

- Identificar principais avanços e dificuldades.
- Dialogar, construir entendimentos comuns e alinhamentos.

Para a atividade dois foram propostas as seguintes questões para as Comissões:

- Quais foram os principais avanços do CONANDA no controle das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em 2015/2016?
- Quais foram os principais dificuldades do CONANDA no controle das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em 2015/2016?

Apenas a Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar necessitou realizar essa atividade. O resultado do seu trabalho se encontra no quadro abaixo:

Avanços	Dificuldades
1. SEDH e MRE possuem relação atualizada dos diplomas internacionais. 2. Houve levantamento de atores relevantes para incidência, somente no tema da redução. 3. Atuação e posicionamento em casos paradigmáticos de violação. 4. Carta de Acordo com FLACSO permitiu incidência no tema da redução.	1. A proposta de criação de indicadores e banco de dados não teve encaminhamento. 2. Relação de diplomas relativos à criança não foi acessado pelo Conanda. 3. Não foi feito o Plano de Incidência, o que gerou atuação meramente relativa. 4. Ausência de protocolo e relatório sobre dúvidas e denúncias recebidas pelo Conanda. 5. Dificuldade de decursos para contratação de Assessor Parlamentar do Conanda. 6. Atualmente, não há Coordenação de Indicadores na SEDH nem SNDCA.

Resultados e Estratégias do Conanda para 2017 e 2018

A Estrutura do Plano Operacional do Conanda para os anos de 2017 e 2018 seguirá a estrutura do planejamento realizado em 2015. Alguns ajustes foram realizados para acolher a conjuntura e algumas necessidades atuais do Conanda. O Plano Operacional, vide quadro abaixo, está organizado por Comissões, Resultados, Estratégias e Ações, essas últimas se desdobram em: Produto; Responsável; Envolvidos Prazo (início); Prazo (fim); Recursos (R\$), e Fonte dos recursos.

Uma vez revisto os resultados, revisou-se as estratégias com o foco de alcançar os resultados. As comissões foram orientadas a:

1. Usar verbo no infinitivo (elaborar, realizar...)
2. Considerar governabilidade do CONANDA e capacidade de execução da Comissão.
3. Definir um coordenador para o grupo.
4. Construir a partir da matriz sugerida
5. Preparar o painel para apresentação.
6. Escolher um representante do grupo para socialização do resultado em plenária.
7. Participar e cooperar.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO PARLAMENTAR ¹

R1: Monitoramento para a implementação dos protocolos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário realizado.

E1.1: Mapeamento dos Protocolos e Convenções que têm relação direta ou indireta com o segmento criança e adolescente, o seu estado (se o Brasil é signatário, se houve ratificação

¹ Sugestão da equipe de moderadores de incluir novas estratégias:

E1.2: Definir método de monitoramento e avaliação dos protocolos para subsidiar as ações específicas de incidência para cada caso.

E2.2: Definir forma de sistematização e de apresentação do panorama ao conselho

E3.2.: Definir sistemática de atuação com periodicidade para apresentação dos resultados da atuação ao CONANDA

pele Congresso e se houve expedição de Decreto pela Presidência da República), e se foram elaborados relatórios de avaliação e implementação;

E1.2.: Definição de conjunto de ações específicas de incidência para cada caso.

R2: Panorama sistêmico de informações da infância e adolescência consolidado.

E2.1: Uniformização e acesso a bases de dados sobre infância e adolescência.

R3: Atuação sistemática do Conanda em incidência política implementada.

E3.1: Definição de prioridades para Incidência Política.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS²

R1: Gestão dos recursos destinados a crianças e adolescentes aprimorada por meio de monitoramento e avaliação do orçamento público e ampliação da capacidade de incidência política do CONANDA.

E1.1.: Criação de mecanismos de controle e monitoramento dos recursos destinados à criança e adolescente;

E1.2.: Monitoramento e avaliação efetiva da política de financiamento do CONANDA, por meio do seu Plano de aplicação;

E1.3.: Atualização da legislação do FNCA, principalmente a resolução nº 137/2010, com vistas à ampliação da captação de recursos para o FNCA e diversificação das modalidades de aplicação (edital de chancela, fundo-a-fundo, etc);

E1.4.: Definição de ações para captação de recursos para o FNCA.

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO³

R1.: 100% do Plano de Comunicação do Conanda implementado.

E1.1.: Adequação das ações do Plano de Comunicação ao novo Plano de Ação do Conanda, garantindo os recursos necessários para sua implementação; (Adriano)

E1.2.: Monitoramento de todas as ações do Plano de Comunicação do Conanda. (Adriano)

R2.: O Conanda, 100% dos Conselhos Estaduais e 10% dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente com comissões permanentes de crianças e adolescentes previstas nos regimentos internos dos conselhos.

E2.1: Viabilização da aprovação da resolução garantindo a participação de crianças e adolescentes nos Conselhos dos Direitos das crianças e Adolescentes no nível Nacional, Estadual, Distrital e Municipal; (Lucimara)

E2.2.: Garantia de previsão no plano de aplicação do Conanda de recursos específicos para realização dos encontros mensais da Comissão permanente de Crianças e Adolescentes e a presença de seus representantes nas assembleias do conselho, a ser regulamentado em resolução; (Vitor)

E2.3.: Apoio aos Conselhos Estaduais para mobilização dos Conselhos Municipais para implementar a Resolução de Participação. (Lucimara)

R3.: Produção e distribuição de kit multimídia com linguagem adequada a crianças e adolescentes, respeitando as diversidades e acessibilidade, para divulgação dos direitos das crianças e

² Sugestão da equipe de moderadores de incluir novas estratégias: E1.5.: Definição de sistemática de consolidação e apresentação dos dados referente ao monitoramento e avaliação dos recursos destinados à criança e adolescente

³ A CMF, optou por já sinalizar ao final de cada estratégia se refere as pessoas que ficaram responsáveis pelo detalhamento das respectivas estratégias.

adolescentes para todos os conselhos de direitos das crianças e adolescentes, tutelares, disponibilizando acesso para reprodução livre por todas as escolas municipais e estaduais do Brasil.

E3.1.: Realização de concurso para reprodução e disseminação de quadrinhos, cartilhas, vídeos e CDs sobre os direitos das crianças e adolescentes; (Felipe)

E3.2.: Publicação de 32 mil ECA atualizados, sendo 3 mil em braile em linguagem acessível, com tecnologias assistivas para distribuição com os Conselhos Estaduais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, garantindo o percentual legal; (Felipe)

E3.3.: Realização de formação com os Conselhos Estaduais para construção de estratégias de distribuição e utilização dos Kits. (Clever)

R4.: Conselhos estaduais e municipais fortalecidos com 60% dos conselheiros estaduais e 10% dos conselheiros municipais com certificado de extensão universitária em formação de conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes para o exercício do controle social.⁴

E4.1.: Elaboração de estratégias diferenciadas para a formação dos conselheiros estaduais e municipais de direitos das crianças e adolescentes e conselhos tutelares, com matriz curricular específica;

E4.2.: Definição de indicador de desenvolvimento dos conselhos estaduais e municipais para analisar sua estrutura física, equipamentos necessários, funcionamento, composição e atuação; (Junior)

E4.3.: Realização de Censos bianuais dos Conselhos Estaduais e Municipais dos direitos das Crianças e Adolescentes. (Junior)

R5.: Definição de agenda nacional de mobilização e incidência do Conanda para defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

E5.1.: Implementação das propostas da X conferência nacional dos direitos das crianças e adolescentes com foco em formação e mobilização social; (Lacerda)

E5.2.: Realização de 7 Encontros Regionais "Direitos das Crianças e Adolescentes em Pauta"; (Lacerda)

E5.3.: Identificação com participação popular dos principais temas e segmentos de crianças e adolescentes com direitos violados, definindo GTs de normatização ou posicionamento público quando necessário; (Ana)

E5.4.: Apoio a construção de aplicativo cívico de celular para monitoramento dos planos decenais dos direitos humanos das crianças e adolescentes nos três níveis de governo. (Fábio)

COMISSÃO DE POLITICAS PUBLICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

R1: Políticas, planos e ações para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes e redução das iniquidades, elaboradas, fortalecidas e acompanhadas.

E1.1: Apoio e acompanhamento da implementação das diretrizes para o atendimento a crianças e adolescente em situação de rua criados pelo CONANDA e CNAS;

E1.2: Ampliação de conhecimentos e elaboração de estratégias para crianças e adolescentes dos povos e comunidades tradicionais;

E1.3: Aprimoramento das ações para a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com pais no sistema prisional e sócio educativo;

E1.4: Elaboração de diretrizes para o atenção de crianças e adolescentes em uso de álcool e

⁴ Sugestão da equipe de moderadores: As estratégias 4.2 e 4.3 poderiam estar relacionadas a um resultado referente ao grau de institucionalização/consolidação dos conselhos. Do jeito que ficou a redação as estratégias 4.2 e 4.3 não contribuem para o alcance do resultado 4, mas sim seriam ações para identificar, indiretamente, se o resultado está sendo alcançado.

outras drogas);

E1.5: Acompanhamento dos planos e dos programas relacionados à primeira infância, trabalho infantil, decenal, convivência familiar e comunitária, enfrentamento da violência sexual e o Sinase;

E1.6: Aprimoramento e fortalecimento de ações voltadas a crianças e adolescentes com deficiência que tenham como objetivo reduzir iniquidades e garantir direitos;

E1.7: Fortalecimento das ações voltadas a crianças e adolescentes povos indígenas que tenham como objetivo reduzir iniquidades e garantir direitos;

E1.8: Fortalecimento de ações voltadas à crianças e adolescentes na política de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

E1.9: Fortalecimento de ações voltadas à crianças e adolescentes refugiadas e imigrantes;

E1.10: Fortalecimento de ações e políticas para prevenção e controle da obesidade ou Fortalecimento de ações e políticas para garantia da segurança nutricional e alimentar.

R2: Acesso e permanência ampliados à educação básica em situação de vulnerabilidade e risco social.

E2.1: Realização de ações com os diversos órgãos que identifiquem as barreiras de acesso e permanência ao ensino básico;

E2.2: Elaboração e articulação de ações intersetoriais para apoiar a ampliar o acesso e permanência ao ensino básico.

R3: Estratégias de enfrentamento da letalidade de crianças e adolescentes, especialmente negras e LGBT, elaboradas.

E3.1 : Elaboração de ações intersetoriais de enfrentamento a violência letal;

OBS.: As estratégias a seguir foram identificadas como de necessária execução em 2017 e 2018. No planejamento anterior estavam sob responsabilidade da CPP, sugere-se a incorporação no planejamento de outras Comissões, conforme decisão em Plenária, como indicado abaixo.

Estratégias	COMISSÃO PROPOSTA
Elaboração de estímulos para estratégias de Proteção ao adolescente trabalhador (aprendizagem profissional)	CMF
Fortalecimento dos instrumentos de defesa de proteção de crianças e adolescentes frente às mídias e novas tecnologias	CDH-AP
Consolidação da incidência com MEC e CNE para potencializar os direitos da criança e adolescente na educação	CDH-AP
Fortalecimento da pauta da educação popular em direitos humanos junto ao MEC e CNE	CPP
Elaboração de estímulos para a implementação das leis 11.645/2008 e 10.639/2003 e demais criadas que tratem das questões étnico raciais, diversidade e diferença.	CPP
Definição de estratégias para as temáticas de Direitos sexuais e reprodutivos	CPP
Fortalecimento de Instrumentos de defesa de proteção de crianças e adolescentes frente às mídias e novas tecnologias	CMF
Fortalecimento da Resolução 163 do CONANDA e articulação com outras instituições (Ministérios, STF, AGU, etc.) para sua plena eficácia	
Elaboração de estímulos para resolução sobre programas policialescos	

Estratégias**COMISSÃO PROPOSTA**

Elaboração de estímulos sobre exposição de imagem e trabalho infantil artístico

Plano Operacional 2017-2018

Os participantes, organizados nas Comissões, iniciaram a elaboração do Plano Operacional 2017 e 2018. Para cada resultado foram identificadas estratégias e, por conseguinte, ação, responsável pela ação, o período de execução e os parceiros envolvidos. Os resultados e estratégias dos grupos foram apresentados e validados em plenária. Destaca-se a necessidade das comissões concluírem seus planos operacionais na próxima reunião ordinária do Conanda, ficando também acordado na Plenária que o coordenador de cada comissão assumiria, inicialmente, o trabalho de descrever as ações para finalização do processo na reunião de março de 2017.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E AÇÃO PARLAMENTAR

Resultado: CDH-AP 1: Monitoramento para a implementação dos protocolos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário realizado.

Estratégia 1.1: Mapeamento dos Protocolos e Convenções que têm relação direta ou indireta com o segmento criança e adolescente, o seu estado (se o Brasil é signatário, se houve ratificação pelo Congresso e se houve expedição de Decreto pela Presidência da República), e se foram elaborados relatórios de avaliação e implementação.

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Solicitar ao MRE as informações sobre os Protocolos e Convenções.	Relatório.	Coordenação e Relatoria da CDHAP	MRE, MDH				
2	Analisar recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) e recomendações do Comitê de Direitos da Criança (CRC ONU).	Relatório com a identificação das recomendações relacionadas a direito da criança e adolescente para monitoramento pelo Conanda.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					
3	Verificar na estrutura do MDH o fluxo da elaboração dos relatórios internacionais de direitos humanos com enfoque em direitos da criança e do adolescente.	Mecanismo de informação e relatoria, institucionalizado e permanente, para acompanhamento pelo Conanda.	Coordenação e Relatoria da CDHAP	SNDCA				
4	Verificar tema e possibilidade de participação no Day of General Discussion (DGD) do Comitê de Direitos da Criança (CRC ONU).	Contribuição e presença do Conanda no debate.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					
5	Identificar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas em relação aos direitos da criança e do adolescente.	Metas e objetivos identificados.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					

Estratégia 1.2.: Definição de conjunto de ações específicas de incidência para cada caso.

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
----	----------------	---------	---------------------------	----------------------------	----------------	-------------	----------------	--------------------

1	Incidir na ratificação do 3º Protocolo Facultativo, que no presente momento está na Câmara de Deputados, com pareceres favoráveis de Maria do Rosário e Ivan Valente, aguardando votação em Plenário.	Ratificação do 3º Protocolo Facultativo.	Coordenação e Relatoria da CDHAP	SNDCA e Câmara de Deputados				
2	Construir documento que relacione os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e os impactos pelas mudanças legais trazidas pelas proposições legislativas em tramitação, identificadas como prioritárias pelo Conanda.	Documento construído.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					

Resultado: CDH-AP 2: Panorama sistêmico de informações da infância e adolescência consolidado

Estratégia 2.1.: Uniformização e acesso a bases de dados sobre infância e adolescência

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Analisar junto à SNDCA mecanismo/estrutura de informação ao Conanda das denúncias de violação de direitos, SINASE e SGD.	Mecanismo e estrutura implementados de maneira permanente.	Coordenação e Relatoria da CDHAP			julho de 2015		
2	Discutir com a SNDCA o sistema integrado de informações a partir do módulos existentes, a possibilidade de uniformização de dados a partir das diferentes bases de dados sobre infância e adolescência.	Projeto de integração dos sistemas existentes.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					

Resultado: CDH-AP 3: Atuação sistemática do Conanda em incidência política implementada

Estratégia 3.1 Definição de prioridades para Incidência Política.

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Realizar oficina em março de 2017 com conselheiros para identificação de proposições legislativas prioritárias.	Definição de proposições legislativas prioritárias para acompanhamento do Conanda.	Conanda					
2	Analisar conteúdo e tramitação de proposições legislativas prioritárias.	Definição de estratégias específicas de incidência para cada caso, considerando a incidência em conjunto com conselhos estaduais e municipais).	Coordenação e Relatoria da CDHAP					
3	Consultar SNDCA sobre o fluxo de acompanhamento de proposições legislativas	Fluxo de acompanhamento de proposições legislativas definido.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					

Estratégia 3.2: Regulamentação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável	Envolvidos	Prazo	Prazo	Recursos	Fonte dos
----	----------------	---------	-------------	------------	-------	-------	----------	-----------

			(quem lidera)	(quem colabora)	(início)	(fim)	(R\$)	recursos
1	Discutir com os principais atores do SGD sobre necessidade de regulamentação.	Grupo de Trabalho sobre o tema criado.	Coordenação e Relatoria da CDHAP					

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Resultado: COF 1: Gestão dos recursos destinados a crianças e adolescentes aprimorada por meio de monitoramento e avaliação do orçamento público e ampliação da capacidade de incidência política do CONANDA

Estratégia: 1.1.: Criação de mecanismos de controle e monitoramento dos recursos destinados à criança e adolescente.

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Atualização da Resolução nº 137/2010							
2	Revisitar a Resolução nº 137/2010, produzindo minuta com proposta de adequação							
3	Consulta Pública sobre minuta							
4	Contratação de consultoria para avaliar os resultados da consulta e consolidar nova proposta de minuta (se necessário)							
5	Apreciação dos resultados da consulta pública							
6	Produção de nova minuta							
7	Apreciação do Plenário							
8	Impedir financiamento com recursos do FNCA ações de serviços públicos							
1	Avaliar o impacto orçamentário e financeiro da reforma fiscal e da previdência na garantia dos direitos das crianças e adolescentes							

Estratégia: 1.2.: Monitoramento e avaliação efetiva da política de financiamento do CONANDA, por meio do seu Plano de aplicação

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia: 1.3.: Atualização da legislação do FNCA, principalmente a resolução nº 137/2010, com vistas à ampliação da captação de recursos para o FNCA e diversificação das modalidades de aplicação

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Impedir financiamento com recursos do FNCA ações de serviços públicos							

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Resultado: CMF 1: 100% do Plano de Comunicação do Conanda implementando

Estratégia 1.1.: Adequação das ações do Plano de Comunicação ao novo Plano de Ação do Conanda, garantindo os recursos necessários para sua implementação; (Adriano)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Circular o Plano de Comunicação dos conselheiros da CMF para possíveis considerações de atualização desde produto	Plano de Comunicação atualizado <i>Recomendação: Caso surjam considerações significativas, as mesmas deverão ser encaminhadas para referendado no Plenário do CONANDA</i>						
3	Apresentar para readequação da implementação do plano de comunicação junto a COF e posterior deliberação no Conselho	Plano de Comunicação atualizado						

Estratégia 1.2. Monitoramento de todas as ações do Plano de Comunicação do Conanda; (Adriano)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Apresentar relatórios trimestrais pela consultoria apontando as ações executadas e em andamento prevista no plano	Relatório						
2	Indicar um conselheiro SC e GOV da CMF para contribuir na operação do Plano de Comunicação	Acompanhamento e Monitoramento do Plano						

Resultado: CMF 2: O Conanda, 100% dos Conselhos Estaduais e 10% dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente com comissões permanentes de crianças e adolescentes previstas nos regimentos internos dos conselhos

Estratégia 2.1.: Viabilização da aprovação da resolução garantindo a participação de crianças e adolescentes nos Conselhos dos Direitos das crianças e Adolescentes no nível Nacional, Estadual, Distrital e Municipal; (Lucimara)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Promover o debate dos artigos da Resolução	Resolução aprovada						

Estratégia 2.2.: Garantia de previsão no plano de aplicação do Conanda de recursos específicos para realização dos encontros mensais da Comissão permanente de Crianças e Adolescentes e a presença de seus representantes nas assembleias do conselho, a ser regulamentado em resolução; (Vitor)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Incidir, junto a COF, para inclusão do plano de aplicação financeira de recursos que garantam a participação de crianças e adolescentes nos espaços	Plano de Aplicação						

Estratégia 2.3.: Apoio aos Conselhos Estaduais para mobilização dos Conselhos Municipais para implementar a Resolução de Participação;

(Lucimara)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Realizar visitas nos Conselhos Estaduais	Implementação da Resolução nos Municípios						
2	Realizar oficinas presenciais							
3	Realizar reuniões virtuais							
4	Estimular comunicação por e-mail e telefone							

Resultado: CMF: 3. Produção e Distribuição de kit multimídia com linguagem adequada a crianças e adolescentes, respeitando as diversidades e acessibilidade, para divulgação dos direitos das crianças e adolescentes para todos os conselhos de direitos das crianças e adolescentes, tutelares, disponibilizando acesso para reprodução livre por todas as escolas municipais e estaduais do Brasil

Estratégia 3.1.: Realização de concurso para reprodução e disseminação de quadrinhos, cartilhas, vídeos e CDs sobre os direitos das crianças e adolescentes; (Felipe)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Realizar concurso para a reprodução e disseminação de quadrinhos, cartilhas, vídeos, CD's							
2	Criar comissão para elaborar minuta do edital							
3	Publicar edital							
4	Criar comissão julgadora							
5	Divulgar o resultado do edital							
6	Selecionar e publicar os produtos							

Estratégia 3.2.: Publicação de 32 mil ECA atualizados, sendo 3 mil em braile em linguagem acessível, com tecnologias assistivas para distribuição com os Conselhos Estaduais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, garantindo o percentual legal; (Felipe)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Realizar chamada pública para revisão, edição, gráfica							
2	Contratar gráfica							

Estratégia 3.3.: Realização de formação com os Conselhos Estaduais para construção de estratégias de distribuição e utilização dos Kits; (Clever)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Elaborar edital para consultoria especializada	27 Oficinas realizadas						
2	Elaborar metodologia das oficinas de formação dos conselheiros	Conselheiros capacitados						
3	Sensibilizar e construir conjuntamente com os Conselhos Estaduais cronograma para a realização das oficinas participativas							
4	Realizar oficinas participativas							
5	Avaliar as oficinas							

Resultado: CMF 4: Conselhos estaduais e municipais fortalecidos com 60% dos conselheiros estaduais e 10% dos conselheiros municipais com certificado de extensão universitária em formação de conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes para o exercício do controle social :

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Propor, no plano de aplicação financeira do CONANDA, recursos para as escolas de Conselho nos 27 Estados	Plano de aplicação						
2	Incidir junto ao Comitê Gestor nacional das Escolas de Conselho para alterações na grade curricular das escolas, fortalecendo conteúdo específico de conselho de direitos como atribuições e competências com maior carga horária	Grade Curricular						
3	Incidir junto ao Comitê Gestor nacional das Escolas de Conselho para que 50% das vagas abertas pelas Escolas Estaduais sejam preenchidas por conselheiros de direito dos Estados e Municípios	Alteração do Decreto						
4	Operacionalizar 27 convênios, sendo um por Estado e Distrital com universidades públicas ou Organizações da Sociedade Civil executoras das Escolas de Conselhos para realização de cursos de extensão para conselheiros estaduais e municipais de direitos das crianças e adolescentes, com matriz curricular específica. ⁵							

Estratégia 4.2.:Definição de indicador de desenvolvimento dos conselhos estaduais e municipais para analisar sua estrutura física, equipamentos necessários, funcionamento, composição e atuação; (Junior)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Definir na CMF níveis de qualidade dos conselhos dos direitos das crianças e adolescentes com base na análise de sua estrutura física, funcionamento, composição, equipamentos necessários, atuação e participação de crianças e adolescentes, a partir dos parâmetros ID conselho da política de assistência social							
2	Apresentar ao plenário proposta de ID CEDCA e ID CMDCA							
3	Elaborar resolução sobre Indicadores de Desenvolvimento dos conselhos							
4	Encaminhar ofícios para todos os CEDCAs e CMDCAs solicitando o preenchimento das informações necessárias para cálculo dos indicadores							
5	Encaminhar para os CEDCA o ranking de desenvolvimento dos conselhos							
6	Utilizar os dados do ID CEDCA para desenvolver ações de fortalecimento dos conselhos estaduais							

Estratégia 4.3.:Realização de Censos bianuais dos Conselhos Estaduais e Municipais dos direitos das Crianças e Adolescentes;(Junior)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Elaborar Termo de Referencia							
2	Construir e encaminhar para os CEDCAs formulário digital Censo Conselho							
3	Contratar assessoria para tabulação, análise, sistematização e publicação do Censo Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes 2017-2018							

⁵ Essa ação foi proposta pela plenária durante apresentação da CMF.

Resultado: CMF 5: Definição de agenda nacional de mobilização e incidência do Conanda para defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes:

Estratégia 5.1.: Implementação das propostas da X conferência nacional dos direitos das crianças e adolescentes com foco em formação e mobilização social; (Lacerda)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Sistematização e adequação das propostas da Conferência em ações formativas e de mobilização							
2	Planejamento para implementação das ações formativas e de mobilização aprovadas na X Conferência	Plano de Ação para Implementação						

Estratégia 5.2.: Realização de 7 Encontros Regionais "Direitos das Crianças e Adolescentes em Pauta"; (Lacerda)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Assegurar recursos por meio de edital público	Edital						

Estratégia 5.3.: Identificação com participação popular dos principais temas e segmentos de crianças e adolescentes com direitos violados, definindo GTs de normatização ou posicionamento público quando necessário; (Ana)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Elaborar e aplicar instrumento de pesquisa versão para adultos e versão para crianças e adolescentes	Instrumento de Pesquisa elaborado em 2 versões						
2	Sistematizar pesquisa	relatório final						
3	Divulgação dos principais resultados	Resumo executivo com linguagem adequada e acessível						

Estratégia 5.4.: Apoio a construção de aplicativo cívico de celular para monitoramento dos planos decenais dos direitos humanos das crianças e adolescentes nos três níveis de governo. (Fábio)

N.	Ação 2017-2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Elaborar cartilha de uso do aplicativo	Relatório de monitoramento						
2	Distribuição do próprio aplicativo							
3	Avaliação e monitoramento do aplicativo							

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Resultado: CPP 1: Políticas, planos e ações fomentados para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes

Estratégia 1.1: Apoio e acompanhamento da implementação das diretrizes para o atendimento a crianças e adolescente em situação de rua criados pelo CONANDA e CNAS;

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Participar do GT população de rua do CNDH (Recomendação: Representação no GT População de Rua, no CNDH, seja incorporada as demais representações feitas pelo CONANDA) 6		Elisa					

Estratégia 1.2: Ampliação dos conhecimentos e elaboração de estratégias para crianças e adolescentes dos povos e comunidades tradicionais

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1	Criar um GT.							

Estratégia 1.3: Aprimoramento das ações para a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com pais no sistema prisional e sócio educativo

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.4: Elaboração de diretrizes para o atenção de crianças e adolescentes em uso de álcool e outras drogas)

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.5: Acompanhamento dos planos e dos programas relacionados a primeira infância , trabalho infantil, decenal, convivência familiar e comunitária, enfrentamento da violência sexual e o Sinase

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.6: Aprimoramento e fortalecimento de ações voltadas a crianças e adolescentes com deficiência que tenham como objetivo reduzir iniquidades e garantir direitos

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

⁶ Essa ação foi proposta pela plenária durante apresentação da CMF.

Estratégia 1.7: Fortalecimento das ações voltadas a crianças e adolescentes povos indígenas que tenham como objetivo reduzir iniquidades e garantir direitos

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.8: Fortalecimento de ações voltadas a crianças e adolescentes na política de enfrentamento ao tráfico de pessoas

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.9: Fortalecimento de ações voltadas a crianças e adolescentes refugiadas e imigrantes

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 1.10: Fortalecimento de ações e políticas para prevenção e controle da obesidade ou Fortalecimento de ações e políticas para garantia da segurança nutricional e alimentar

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Resultado: CPP 2: Acesso e permanência ampliados a educação básica em situação de vulnerabilidade e risco social

Estratégia 2.1: Realização de ações com os diversos órgãos que identifiquem as barreiras de acesso e permanência ao ensino básico;

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Estratégia 2.2: Elaboração e articulação de ações intersetoriais para apoiar a ampliar o acesso e permanência ao ensino básico

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

Resultado: CPP 3: Estratégias de enfrentamento da letalidade de crianças e adolescentes, especialmente negras e LGBT, elaboradas

Estratégia 3.1.Elaboração de ações intersetoriais de enfrentamento a violência letal;

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envolvidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos

1	Dar continuidade com o diálogo com o CIEZ sobre a empregabilidade de adolescentes trans (projeto de aprendizagem profissional para essa população) ⁷							
---	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Estratégia 3.2. Estimular resolução sobre programas policiaeskos

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

3.3. Estimular resolução sobre exposição de imagem e trabalho infantil artístico

N.	Ação 2017 -2018	Produto	Responsável (quem lidera)	Envidos (quem colabora)	Prazo (início)	Prazo (fim)	Recursos (R\$)	Fonte dos recursos
1								

⁷ Essa ação foi proposta pela plenária durante apresentação da CMF.

CONSIDERAÇÕES DA PLENÁRIA

Viabilizar a participação dos suplentes nos encontros do CONANDA.

Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar

1. Realizar oficina para tratar de pautas de incidência
 - o Pauta 1: Reforma da previdência
 - o Pauta 2: Ação conjunta com a comissão de acompanhamento do BPC do CNAS
 - o Pauta 3: PL 7.553/14, que permite a divulgação de imagem de criança e adolescente a quem se atribua ato infracional.
2. Constituição do GT para estudos de regulamentação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD)

Comissão de Orçamento e Finanças

1. Acompanhar no Orçamento Público as ações de enfrentamento letalidade de adolescentes.

Próximos passos

Atividade (em negrito as atividades de monitoramento)	Quem	Prazo
Detalhar o Plano Operacional	Coordenador da Comissão	Até 07/03
Validar o Planejamento Operacional na próxima reunião	Todos	08 e 09 de março
Dar transparência ao Planejamento do Conanda	Secretaria Executiva do Conanda	
Realizar monitoramento das ações do plano operacional mensalmente	Coordenador da Comissão	Mensalmente
Realizar monitoramento das ações do plano operacional trimestralmente em plenária	Secretaria Executiva do Conanda	Trimestralmente
Constituir grupo de e-mail por Comissão e/ou Whatsapp (decidir qual a melhor forma)	Comissão	
Elaborar editais a partir do planejamento	Secretaria Executiva do Conanda	

Avaliação

Os participantes, a partir de sua percepção individual, identificaram o que foi bom, o que poderia ter sido melhor, e algumas recomendações gerais (espaço aberto).

O que foi bom

1. Metodologia.
2. Discussões.
3. Temas.
4. Refletir sobre o planejamento.
5. Construção conjunta.
6. Processo de discussão e avaliação do planejamento anterior.
7. Diálogo.
8. Olhar sobre o planejamento anterior, para que a partir dele definir o novo. O que dá sensação de produtividade.
9. Espaço físico.
10. Tatiana e Adriano, moderadores.
11. Metodologia eficiente e rápida.
12. A presença dos suplentes.
13. Metodologia.
14. Diálogo e construção coletiva.
15. Prever momento de construção por segmento.
16. Aprendizado.
17. Metodologia participativa, partiu do planejamento anterior.
18. Interação, diálogo e envolvimento de todos com o trabalho.
19. Interação entre os conselheiros.
20. Participação e presença de titulares e suplentes.
21. Encontro com todos e novos aprendizados.
22. Trabalho em grupo nas comissões.
23. Participação de diferentes atores.
24. Material disponibilizado.
25. Moderadores.
26. Grupo maduro.
27. Muitas pessoas comprometidas com a infância e adolescência. Boa interação.
28. Troca de experiências.
29. Aprendizados nesses dois dias.
30. Familiarização com as mais variadas demandas do Conselho.
31. Empenho dos Conselheiros.

O que poderia ter sido melhor

1. Mais clareza com termos técnicos.
2. Mais tempo para as discussões e termino da atividade.
3. Metodologia do planejamento.
4. Falta de tempo para concluir o plano.
5. Mais tempo.
6. Materiais impressos para facilitar a visualização e análise.
7. Maior tempo.
8. Ter disponibilizado mais tempo.

9. Dinâmica/logística.
10. Mais tempo para avaliação das lições aprendidas no planejamento da gestão anterior.
11. Mais tempo para pensar.
12. A facilitação.
13. Mais tempo para as oficinas.
14. Participação de todos: governo + sociedade civil.
15. Presença de todos os coordenadores e relatores.
16. O tempo para a atividade poderia ter sido de três dias.
17. Maior tempo para os debates e planejamentos.
18. Coffee.
19. O tempo disponível para as atividades.
20. Tempo.
21. Tempo.
22. Tempo sempre curto. Não foi possível terminar a tarefa do planejamento.
23. O local (Enap) é muito bom, porem não oferece boas condições para alimentação, ponto fraco para mim.

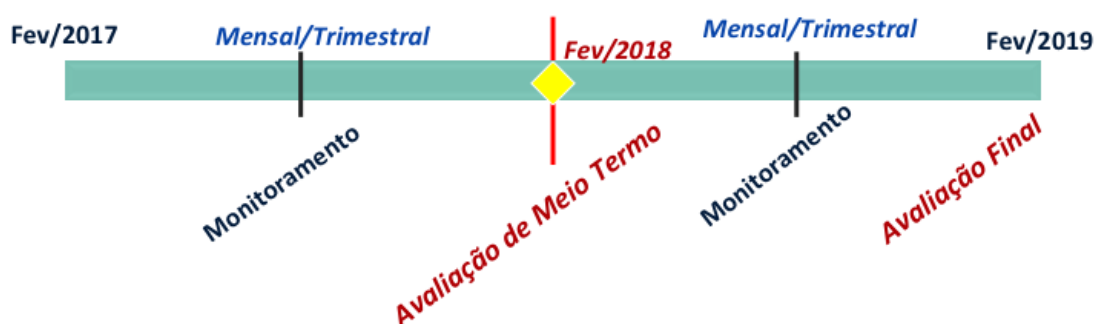
Recomendações gerais

1. Pensar dinâmicas de compromisso.
2. Filmagem e exibição pública das plenárias.
3. Passagens e diárias sejam observadas com carinho pois é muito complicado voo que não seja direto.
4. Definir um tema: Resultado Gestão do Plano.
5. Priorizar o monitoramento do planejamento.
6. Garantir a participação de todos os conselheiros nos próximos encontros.
7. Ter um tema ou temas transversais discutidos por todas as comissões.
8. Participação dos adolescentes.
9. Lanche.
10. Realizar as atividades com mais tempo.

Monitoramento e Avaliação – Proposição da equipe de moderadores

O Planejamento se realiza na ação e partindo desta premissa a equipe de moderadores propõe que seja constituída, no âmbito do CONANDA, uma sistemática para monitoramento, avaliação e revisão do plano de forma a perseguir diariamente, diante de uma realidade cambiante, os resultados pactuados pelos integrantes do CONANDA no momento normativo-prescritivo, realizado nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2017.

Os processos de avaliação e monitoramento são complementares. O monitoramento permite descrever, qualificar e quantificar o cumprimento do plano de trabalho. A avaliação permite analisar se esse cumprimento está conduzindo aos resultados pactuados e que irão propiciar a transformação desejada.



Monitoramento:

- Verificação e análise da realização das ações do Plano 2017-2018, sendo:
Mensal no âmbito das Comissões para levantamento de pontos críticos e sugestão de medidas corretivas.
Trimestral na plenária para tomada de decisão.

Avaliação de Meio Termo:

- Ocorrerá na metade do período de realização do Plano.
- Tem como foco avaliar a execução do Plano e analisar a tendência de alcance dos Resultados. A Mesa Diretora levantará as informações e organizará uma oficina de Avaliação de Meio Termo. Sugerimos a participação de todos os Conselheiros na Avaliação.

Avaliação Final:

- Ocorrerá ao término do Plano 2017-2018.
- Tem como foco fazer um balanço entre o planejado e o executado durante os 2 anos.
- Considera a execução de ações, mas seu foco é no alcance dos RESULTADOS.
- Analisa o envolvimento dos atores e identifica aprendizados para o próximo período de Gestão.
- A Mesa Diretora levantará as informações e organizará uma oficina de Avaliação Final. Sugerimos a participação de todos os Conselheiros na Avaliação.

Anexos

I. Registros fotográficos







II. Lista de Participantes

1. ANA CLÁUDIA MARIANO DE CASTRO	2. JACIRENE GONÇALVES LIMA FRANCO
3. ANA OLIVA MARCILIO DE SOUZA	4. JIMENA DJAUARA NUNES DA COSTA GRIGNANI
5. ANDRÉ JOSÉ DA SILVA LIMA	6. JOÃO BATISTA ARAÚJO DOS SANTOS JÚNIOR
7. ANNA BEATRIZ LANGUE PERANOVICHI LEITE	8. JOSÉ FELIPE DOS SANTOS
9. ANTONIO LACERDA SOUTO	10. JULIANA MARIA FERNANDES PEREIRA
11. ARLETE ALVES BORGES OLIVEIRA	12. KALID NOGUEIRA CHOUDHURY
13. CATARINA DE SANTANA SILVA	14. KARLA DE ABREU LIMA
15. CIBELE KUSS	16. LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE
17. CLÁUDIA DE FREITAS VIDIGAL	18. MANOEL TORQUATO CARVALHO DE SOUZA
19. CLAUDIO LUIZ PINHEIRO DA SILVA	20. MARCO ANTÔNIO SOARES
21. CLEIDE CONSTANTINO DE ARAÚJO DUARTE	22. MARIA GUTENARA MARTINS ARAUJO
23. CRISTIANA DOS SANTOS LUIZ	24. MARIA HELENA DE AGUIAR NOTARI
25. DANYEL IORIO DE LIMA	26. ROMERO JOSE DA SILVA
27. DEUZINEIA DA SILVA LOPES	28. SARAH MAGALHÃES URBIETA
29. EDMUNDO RIBEIRO KROGER	30. THIAGO STEIN MELO E SOUSA
31. ÉLIO BRAZ MENDES	32. VERENA MARTINS DE CARVALHO
33. FRANCISCO RODRIGUES CORRÊA	34. VITOR BENEZ
35. HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA	36. VITOR CAVALCANTE DE SOUSA VALERIO
37. IOLETE RIBEIRO DA SILVA	38. RENATO CESAR RIBEIRO BONFIM
39. ADRIANO DE BRITOS	40. THAIS NASCIMENTO DANTAS
41. SERGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA	42. MANOELA DUTRA MACEDO
43. MARIA CLARA DAS GRAÇAS G. G. M. BARRETO	44. AVELINA ALVES LIMA NETA
45. CLEVER ALVES MACHADO	46. CARLOS FREDERICO C.R FORTES